



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - BA**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 021/2021**

**PROCESSO SEI N.º 0009680-86.2021.6.05.8000**

**ASSUNTO:** Resposta à impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 21/2021 – Contratação de empresa para ministrar curso de oratória/condução de grupo na área administrativa/gestão, com vídeos, textos e modelos, na modalidade EAD.

**IMPUGNANTE:** INSTITUTO DE ENSINO POLIS CIVITAS LTDA.

**I - RELATÓRIO**

Trata-se o presente de resposta à impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 021/2021, que tem como objeto a contratação de empresa para ministrar curso de oratória/condução de grupo na área administrativa/gestão, com vídeos, textos e modelos, na modalidade EAD.

O aviso de licitação do presente pregão foi devidamente publicado no Diário Eletrônico da União em 03 de agosto de 2021, com data de abertura da sessão prevista para o dia 18 de agosto de 2021 às 09:00hs.

Em 11 de agosto de 2021, a empresa **INSTITUTO DE ENSINO POLIS CIVITAS LTDA.** encaminhou impugnação ao Ato Convocatório, DOC's SEI (1694256 e 1694263), recebida por mensagem, no endereço eletrônico deste Pregoeiro, [mdmello@tre-ba.jus.br](mailto:mdmello@tre-ba.jus.br).

Em síntese, aduz a impugnante que o serviço a ser licitado requer, ao analisar o edital do certame, a existência de cláusula restritiva à participação de diversas interessadas no certame, mormente no que tange à exigência de atestado de capacidade técnica de serviços anteriormente executados idênticos ao objeto licitado, e tal proceder, como dito, constitui grave prejuízo aos objetivos das licitações (Lei nº 8.666/93, art. 3º c/c art. 37, XX da CF/88), busca esta Impugnação a apuração do ocorrido, com a consequente correção do ato convocatório, em razão do objeto a ser contratado.

Para fundamentar suas alegações, a empresa faz menção, no bojo de sua impugnação, à Lei de Licitações, em seus artigos 3º e 30º, ao artigo 37, inciso XXI da CF e a enunciados de autores de matéria licitatória, bem como entendimentos do TCU.

Dito isso, passamos à análise das objeções apresentadas.

É o Relatório.

**II – TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO**

A impugnação foi encaminhada, tempestivamente, para o e-mail deste Pregoeiro, em 11 de agosto de 2021, conforme previsão constante nas condições 18.3 e 18.4 do Edital.



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - BA**

**III - RAZÕES DA IMPUGNANTE**

Insurge-se a impugnante, nos termos a seguir transcritos:

INSTITUTO DE ENSINO POLIS CIVITAS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº: 05.745.509/0001-87, com sede à Av. Antonio Escorsin, nº 1650, São Braz, Curitiba/PR, CEP 82.300-490 vem, à presença de Vossa Senhoria, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos: A Impugnante atua com forte destaque em âmbito nacional no ramo de Ensino Superior, ministrando e administrando cursos superiores de graduação, pós-graduação, extensão, cursos de aprendizagem, aperfeiçoamento e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, presenciais e a distância, além de diversas atividades de apoio à educação, fazendo sempre uso de sua marca, muito conhecida no meio em que atua. 2. Assim, deseja participar da licitação na modalidade pregão eletrônico em epígrafe, cujo objeto é: contratação de curso de oratória/condução de grupo na área administrativa/gestão, com vídeos, textos e modelos, na modalidade EAD, para capacitação de servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência 3. Ocorre que, ao analisar o edital do certame verificou-se a existência de cláusula restritiva à participação de diversas interessadas no certame, mormente no que tange à exigência de atestado de capacidade técnica de serviços anteriormente executados idênticos ao objeto licitado. 4. Como tal proceder, como dito, constitui grave prejuízo aos objetivos das licitações (Lei nº 8.666/93, art. 3º c/c art. 37, XX da CF/88), busca esta Impugnação a apuração do ocorrido, com a consequente correção do ato convocatório

**V – FUNDAMENTAÇÃO**

Alega a empresa impugnante que o Termo de Referência ao dispor dos requisitos da contratação e dos critérios de seleção, que dispõe no seu item 11.1.7. : ***Qualificação técnica: a) Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de curso de oratória na modalidade EAD***, exige a obrigação da empresa licitante de apresentar atestado de capacidade técnica IDÊNTICA ao objeto licitado, restringindo da competição diversas instituições de ensino, que não possam comprovar experiência em ao menos um curso ministrado na modalidade pretendida no objeto do referido edital, determinar como critério do fornecedor a apresentação de “Atestado de Capacidade Técnica para condução de Curso de oratória na modalidade EAD” faz entender que está sendo exigido comprovação de experiência idêntica ao objeto licitado e suas obrigações, o que é vedado em nosso ordenamento jurídico



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - BA**

Aos olhos do pregoeiro, a exigência da Administração se prende apenas aos cuidados de se contratar empresa com experiência na contratação do serviço pretendido. Sem exigir parâmetros mínimos dessa experiência como quantidades de horas, números de cursos, ou áreas de atuação sejam públicas ou privadas; premissas essas que se existissem, aí sim, poderiam restringir a participação de empresas.

Citando o decidido pelo Tribunal de Contas da União, a empresa impugnante alega que o edital de licitação não deve conter quaisquer exigências que sejam *IMPERTINENTES OU IRRELEVANTES* para o específico objeto a ser licitado, por constituírem restrições ao caráter competitivo, nos termos do artigo 3º, § 1º, inciso I, da Lei de nº 8.666/93. (TCU. Processo nº 001.645/2004-2. Acórdão nº 1.748/2004 – Plenário). Bem como também citando MARÇAL JUSTEN FILHO, esclarece que não cabe à Administração ir além do mínimo necessário à garantia do princípio da República.

É visível e facilmente identificável, que exigir um único certificado de comprovação de execução do objeto do edital, enquadra-se no mínimo necessário, como também se mostra totalmente relevante e pertinente, assegurar à administração pública o uso eficiente do recurso público, sendo esse recurso retribuído com mais segurança quando destinados à empresas já experientes na execução dos contratos.

Concluindo, entendo que as cláusulas 5.4 e 20.7 do Termo de Referência, não frustram as exigências legais na exigência da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica para condução de Curso de oratória na modalidade EAD.

Assim, a alegação da impugnante não merecem prosperar, uma vez que a exigência se concentra dentro do mínimo necessário, e se mostra relevante e pertinente, afim de garantir o melhor uso dos recursos públicos.

## **VI - CONCLUSÃO**

Do exposto, conhecemos da impugnação interposta pela empresa **INSTITUTO DE ENSINO POLIS CIVITAS LTDA.** e, no mérito, manifestamo-nos pelo **NÃO ACOLHIMENTO** das razões e requerimentos da impugnante, com base nos fundamentos apresentados devendo ser mantido, em todos os seus termos, o Edital do Pregão nº 21/2021.

É a manifestação, devendo ser submetida à decisão da Diretoria Geral deste Tribunal, conforme previsto na condição 18.5 do Edital.

Em 12/08/2021.

**MARCOS DE ALBUQUERQUE MELLO**  
Pregoeiro